

Medidas governamentais poderão ter o apoio do PMDB e críticas do PFL

por Marcos Magalhães
de Brasília

Na véspera da primeira sessão extraordinária do Congresso Nacional, destinada a analisar as medidas de combate à inflação, editadas pelo governo, começa a se delinear um inédito movimento político: enquanto o PFL reluta em apoiar as decisões da equipe econômica, o PMDB se aproxima da defesa do novo plano, embora ressaltando divergências principalmente em torno da questão salarial.

"Não sei se existe intenção política de atrair a oposição, mas o PMDB não deixará de aprovar medidas que são reclamadas pelo partido só porque foram editadas pelo governo", avisa o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Genebaldo Correa (BA). A mesma boa vontade não pôde, pelo menos por enquanto, ser percebida no PFL. "Não sou muito fã de congelamentos", admitiu o vice-líder Paes Landim (PI), lembrando que a proibição de reajustes nos preços contrasta com o liberalismo defendido pelo partido.

As objeções do PFL ao

plano econômico começaram a ser discutidas na manhã desta terça-feira durante o encontro, no Palácio do Planalto, do presidente Fernando Collor de Mello com o líder do partido na Câmara, Ricardo Fiúza (PE). Além do congelamento, outros pontos do programa — como a unificação das datas-base — enfrentam resistências do PFL, que deverá indicar os relatores das Medidas Provisórias 294 e 295.

As comissões que analisarão as medidas serão instaladas hoje, e um dos relatores indicados pelo PFL — que se uniu ao PRN em um bloco que representa hoje a maior bancada da Câmara — deverá ser o ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ).

O prazo para a conclusão dos pareceres dos relatores é 14 de fevereiro, enquanto as votações de plenário estão previstas para os dias 19 a 21.

Genebaldo adianta que o PMDB pretende apoiar todas as teses semelhantes às adotadas durante o Plano Cruzado, criado pelo ex-presidente José Sarney poucos meses depois da saída de Dornelles do governo. Entre elas estão a

desindexação da economia, com o fim do BTN, a unificação das datas-base de todos os trabalhadores e as mudanças no sistema financeiro, transferindo recursos para o setor produtivo.

"Nosso partido tem defendido o combate à especulação", lembrou o líder do PMDB. A principal divergência apresentada até agora pelo partido se refere à recomposição salarial pela média, que garantirá em torno de 25% aos salários neste mês, dependendo da data-base. "Esta reposição é muito pequena", criticou Genebaldo, indicando que este será um dos pontos que o PMDB procurará alterar no Congresso. O partido concorda, no entanto, com o princípio da livre negociação a cada seis meses, embora insista em manter protegidos da inflação os menores salários, como vinha negociando com o governo na semana passada.

Outro item que deverá sofrer censura do PMDB — que hoje conta com 109 dos 503 deputados, ante 124 do bloco PFL-PRN — é o pagamento de 35% de Imposto de Renda sobre o valor dos saldos liquidados pelo

Fundo de Compensação da Variação Salarial (FCVS) do Sistema Financeiro da Habitação. Para Genebaldo Correa, é importante criar alíquotas diferenciadas que penalizem os mutuários que adquiriram apartamentos de luxo daqueles comprovadamente de baixa renda.

Todas essas propostas de alterações no plano serão debatidas de hoje a quinta-feira pela bancada do PMDB, que já convidou para participar das discussões o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, e o economista Luís Gonzaga Belluzzo, um dos idealizadores do Plano Cruzado.

A bancada do PFL ainda não tem reunião marcada, mas alguns deputados têm admitido reservadamente divergências com o plano.

"Já ficamos sabendo que existem problemas por lá", revelou Genebaldo Correa, lembrando que pode repetir-se agora a tendência observada durante a votação no Congresso das alterações no Imposto Territorial Rural, quando o PFL se rebelou contra a posição oficial do governo e ajudou a derrubar a medida provisória.

Bloco governista disputa a designação de relatores das MP 294 e 295

O bloco governista terá hoje a sua segunda prova de fogo no Congresso: a designação dos relatores das Medidas Provisórias 294 e 295 — que estabelecem as novas regras para o mercado financeiro e política de salários e preços. O líder do PRN, deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), quer que as duas relatorias fiquem com o bloco. O líder em exercício do PMDB, Genebaldo Correa (BA), disse que o PMDB sempre cedeu o direito a outros partidos e, por isso, não pode ser discriminado: terá que relatar uma das medidas.

O PMDB já começa a armar uma estratégia, caso não consiga uma das duas relatorias: obstruir a análise na comissão especial, que será nomeada amanhã.

A resolução número um que trata da tramitação das MP diz que, se a comissão não analisar a medida dentro dos prazos, o presidente do Congresso

pode designar um relator de Plenário.

O vice-líder do PFL, deputado Paes Landim (PI), disse que seu partido não aceitará qualquer manobra e nem a distribuição das relatorias. Segundo ele, o bloco tem direito a relatar todas as MP e não pretende abrir mão dessa prerrogativa. Para a Medida 294, que trata do sistema financeiro, o bloco governista pretende designar o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). O outro relator será definido amanhã pelo líder do bloco, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

BENEVIDES DEFENDE SISTEMA DE RODÍZIO

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), que preside também as sessões do Congresso, defende o sistema de rodízio entre os partidos para a designação de relatores, mas não pretende impor nenhuma definição.

AGENDA